



ANO 16 Nº 3
Março de 2007

Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

O desempenho do comércio varejista gaúcho em 2006

O Estado do Rio Grande do Sul fechou o ano de 2006 com um crescimento de 1,3% no comércio varejista, em relação ao ano anterior, segundo os dados do Índice de Vendas do Varejo (IVV), calculado mensalmente pela FEE, em parceria com a Fecomércio-RS, a partir de dados da Secretaria da Fazenda do RS. O desempenho ficou abaixo do crescimento do PIB estadual, que foi de 2,7% no mesmo período. O resultado deste último foi puxado pelo crescimento extraordinário da produção agrícola, de grande peso na economia gaúcha e com grande volatilidade em relação ao comércio e à indústria. Porém o baixo crescimento dos dois indicadores — abaixo dos de abrangência nacional — ainda reflete a busca por recuperação da economia gaúcha desde a crise de 2005. Como é normal, houve dinâmicas diferenciadas no resultado do IVV, no que diz respeito tanto às principais cidades do Estado quanto a diferentes setores do comércio varejista.

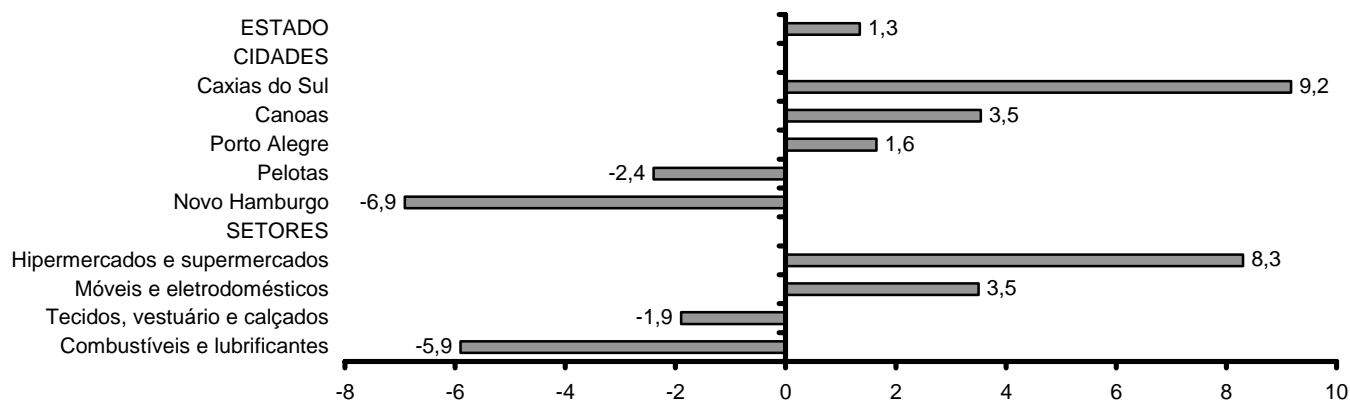
Regionalmente, observa-se um crescimento vigoroso em Caxias do Sul (9,2%), refletindo uma mudança estrutural recente em seu mercado de varejo, com a abertura de grandes pontos varejistas e a influência do bom desempenho do setor industrial do Município. Já Novo Hamburgo, com uma queda de 6,9%, ressentiu-se do fraco desempenho industrial, particularmente do setor coureiro-calçadista, com impactos inevitáveis no poder de compra da população e, por conseguinte, no comércio varejista. O comércio varejista de Porto Alegre, diferentemente do de cidades do interior, é um pouco mais independente do desempenho de outros setores, por ser uma eco-

nomia mais diversificada. Seu baixo crescimento (1,6%) está associado mais a fatores macroeconômicos, como a quase-estagnação da massa salarial, a alta taxa de juros e a ainda baixa oferta de crédito. Mudanças econômicas estruturais nos municípios também ajudam a explicar os diferentes desempenhos do comércio varejista.

Quanto à desagregação setorial do comércio varejista gaúcho, também se observam diferentes dinâmicas. Vale destacar o bom desempenho do setor de hipermercados e supermercados, com um crescimento de 8,3%, explicado pela abertura de grandes lojas, especialmente no interior, pelo aumento do *mix* de produtos ofertados e pelas maiores vendas de itens importados. No outro extremo, as vendas de combustíveis e lubrificantes apresentaram queda de 5,9% em relação às de 2005, basicamente em razão da alta de preços. Têm-se, ainda, o crescimento do setor de móveis e eletrodomésticos (3,5%) e a queda do setor de tecidos, vestuário e calçados (-1,9%).

De forma geral, o comércio varejista tem respondido com um crescimento relativamente baixo, embora estável, refletindo, com alguma defasagem, os choques agrícolas e o fraco desempenho industrial, na medida em que não possui dinâmica própria. Enquanto a agricultura e a indústria não apresentarem crescimento sustentado, com aumento na taxa de investimento, e não ocorrer uma queda mais acelerada da taxa de juros, dificilmente o comércio poderá apresentar taxas elevadas de crescimento em termos regionais e setoriais.

Índice de Vendas do Varejo, por variação percentual do volume de vendas, do Estado e de cidades e setores selecionados — 2006



FONTE: FEE.

NOTA: Acumulado no ano.

Eduardo Lamas (FEE/CIE)

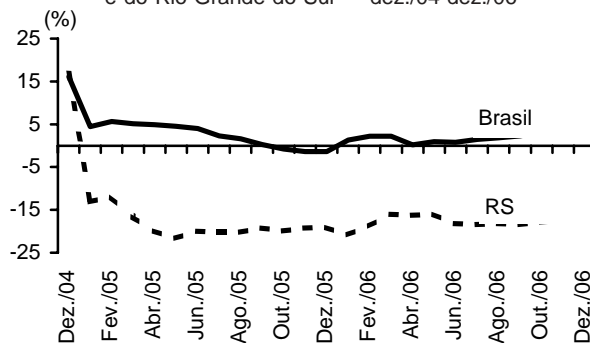
Crise na indústria gaúcha de máquinas e equipamentos?

Desde 2005, o setor de máquinas e equipamentos do RS acumula resultados negativos. No período jan.-dez., apresentou uma queda acumulada da produção física de 19,1%, em relação a igual período de 2004. Em 2006, sua produção sofreu novos decréscimos (-16,3%), refletindo a crise que enfrenta o ramo de máquinas agrícolas, o mais representativo da indústria gaúcha de máquinas e equipamentos. Essa situação é decorrente, principalmente, da descapitalização que a agropecuária vem sofrendo desde 2004, devido à estiagem e à queda dos preços internacionais dos grãos. Os efeitos da política cambial sobre as exportações e da taxa de juros vigente sobre os financiamentos também influenciaram essa performance.

A indústria brasileira de máquinas e equipamentos também sofreu redução da produção (-1,3%) no acumulado jan.-dez./05. Entretanto o setor registrou uma reversão desse resultado no ano de 2006, quando alcançou uma taxa positiva de 3,9%. Isso se deveu à maior participação dos segmentos produtores de bens de capital para fins industriais e para a construção, cujos desempenhos foram favorecidos pelo relativo aquecimento do mercado interno. Resta aguardar se, em 2007,

serão implementadas as políticas adequadas às especificidades do Estado, de modo que a atual crise seja superada.

Taxas acumuladas de variação mensal da produção física das indústrias de máquinas e equipamentos do Brasil e do Rio Grande do Sul — dez./04-dez./06



FONTE: IBGE.

Clarisse Chiappini Castilhos (FEE/CEES)

Safras de arroz no Rio Grande do Sul

O comportamento das safras de arroz no RS, no período de 1992 a 2006, mostra tendência crescente na produção (exceto na média de 1995-97) e no rendimento. Na última safra, em 2006, a cultura obteve rendimento recorde, de 6.679 kg/ha (IRGA).

Entretanto tal desempenho não deverá manter-se em 2007, se confirmadas as previsões da Conab, em seu **Quinto Levantamento da Safra Agrícola** (fev./07). Este estimou a produção de 6.010,4 mil toneladas, com variação negativa de 10,7% em relação à safra anterior. Também apontou redução de 8,5% na área e queda de 2,4% na produtividade. Tal situação não surpreendeu o setor orizícola, dado que, em regiões como a Campanha e a Fronteira Oeste, tradicionalmente as maiores produtoras, algumas lavouras tiveram problemas de déficit hídrico, diminuindo a área cultivada.

Quanto aos preços médios recebidos pelo produto, estes vêm, paulatinamente, decrescendo nas sete semanas observadas que antecedem a 17ª Abertura Oficial da Colheita do Arroz, em São Gabriel, de 02 a 04 de março: eram R\$ 22,47 na semana de 08.01.07 a 12.01.07 e passaram a R\$ 18,70 na semana de 19.02.07 a 23.02.07, ficando num patamar bem abaixo da média histórica para o mês de fevereiro, que é de R\$ 29,98 (média, para o mês indicado, dos preços mensais, corrigidos, da série histórica 2001-05) (Emater-RS). A orientação do IRGA para os produtores é a de não vender o produto abaixo de R\$ 22,00, aconselhando, para comercialização, a utilização de AGF, EGF e opções.

Área, produção e rendimento do arroz no Rio Grande do Sul — 1992-06

SAFRAS	PRODUÇÃO (t)	ÁREA COLHIDA (ha)	RENDIMENTO (kg/ha)
1992-1994	4 593 234	913 759	5 043
1995-1997	4 357 528	837 608	5 201
1998-2000	4 763 463	904 655	5 218
2001-2003	5 079 170	952 666	5 333
2004-2006 (1)	6 482 282	1 027 331	6 309

FONTE: IRGA.

(1) Dados provisórios.

NOTA: Dados da média dos períodos.

Suzana Ribeiro Boeckel (FEE/CEES)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta
de
Conjuntura FEE

Os fluxos de investimentos diretos no Brasil, em 2006

Os investimentos brasileiros diretos (IBDs) líquidos, em países estrangeiros, em 2006, atingiram US\$ 27,3 bilhões. A soma é altíssima, e, pela primeira vez, os IBDs suplantaram a entrada dos investimentos estrangeiros diretos (IEDs) líquidos, de US\$ 18,8 bilhões. O montante dos IBDs, em larga medida, esteve ligado a aquisições de empresas siderúrgicas pela Vale do Rio Doce e pela Companhia Siderúrgica Nacional. A lógica faz acreditar que os fatores redutores dos custos da aquisição foram decisivos no ocorrido, ou seja, a elevada taxa nacional de câmbio e o reduzido Risco Brasil, que se reflete nos juros pagos aos empréstimos externos. À primeira vista, poder-se-ia pensar que investimentos tão vultosos poderiam colaborar para reduzir as reservas nacionais e a cotação do real frente ao dólar. Isso não ocorreu, tendo em vista que as aquisições em pauta, ou a quase-totalidade delas, tiveram financiamento externo. Segundo a imprensa, o financiamento tomou a forma de empréstimos sindicalizados, ou seja, empréstimos compartilhados por um consórcio de bancos formado com essa finalidade específica, para diluir seus riscos. Logo, as compras em pauta causaram uma saída de dólares na

rubrica investimentos diretos e uma entrada de similar magnitude na rubrica outros investimentos, que registra empréstimos bancários, comerciais, etc. O fato em pauta, a despeito de sua importância, não é suficiente para transformar o Brasil de um importador de investimentos em um exportador de investimentos.

Fluxos líquidos de investimentos estrangeiros diretos no Brasil e nacionais no exterior — 2005 e 2006

DISCRIMINAÇÃO	(US\$ milhões)	
	2005	2006
Investimento direto (líquido)	12 550	-8 469
No exterior	-2 517	-27 251
No Brasil	15 066	18 782

FONTE: Banco Central do Brasil.

Roberto Silveira Marcantônio (FEE/CEES)

Redução de cargos de chefia atinge menos as mulheres na RMPA

A supressão de cargos hierárquicos mais elevados nas organizações — devido às novas formas de gestão implementadas nos últimos anos — atingiu de forma menos contundente a parcela feminina que ocupava funções de comando na Região Metropolitana de Porto Alegre do que a dos homens que estavam na mesma condição.

Na comparação dos períodos 1993-94 e 2003-04, segundo os dados da PED-RMPA, 45 mil mulheres encontravam-se em funções de gestão no primeiro período, correspondendo a 9,0% do total de ocupadas (497 mil); no período final, permaneceram 45 mil mulheres, mas representando 6,7% do total de ocupadas (674 mil), o que configurou uma retração relativa para o grupo feminino. O contingente masculino que desempenhava essas funções, por sua vez, sofreu uma redução absoluta e relativa, uma vez que, no período inicial, corres-

pondia a 11,7%, totalizando 88 mil gestores dentre 755 mil homens ocupados, recuando para 64 mil gestores do total de 870 mil homens ocupados, o que representou 7,4%. Em função desses comportamentos, a participação feminina entre os gestores passou de 33,8% para 41,3% nos períodos considerados.

Esse movimento mais favorável para o grupo feminino pode estar associado às atuais exigências do mercado de trabalho, que valorizam as qualificações técnicas e sociais de cunho polivalente e encontram nas mulheres maior disposição de adaptação às mudanças implantadas pelas empresas que visam à máxima produtividade, além de apontar uma redução da diferença na histórica relação de poder entre os sexos, quanto ao exercício de cargos de comando no mercado de trabalho.

Estimativa do total de ocupados e de gestores, por sexo, na RMPA — 1993-94 e 2003-04



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Elisabeth Kurtz Marques (FEE/CPED)

O PIB municipal do RS

A participação percentual no PIB total do RS das 10 maiores economias municipais aumentou de 39,44% para 40,51% em 2004 — ano dos dados mais recentes disponíveis —, relativamente a 2003, ano em que essa participação havia diminuído, quando comparada a de 2002. Entre os fatores que explicam esse comportamento estão a crise na agricultura em 2004, cuja participação é maior nas economias municipais gaúchas de menor porte, e o crescimento da indústria a taxas acima da média estadual nas principais economias municipais, onde o Setor Secundário é a atividade predominante. O crescimento nominal médio dos 10 municípios em questão foi de 15,43%; superior, portanto, ao crescimento nominal médio estadual de 11,58%. Desse fato, pode-se inferir um aumento na concentração da renda municipal, no RS, em 2004.

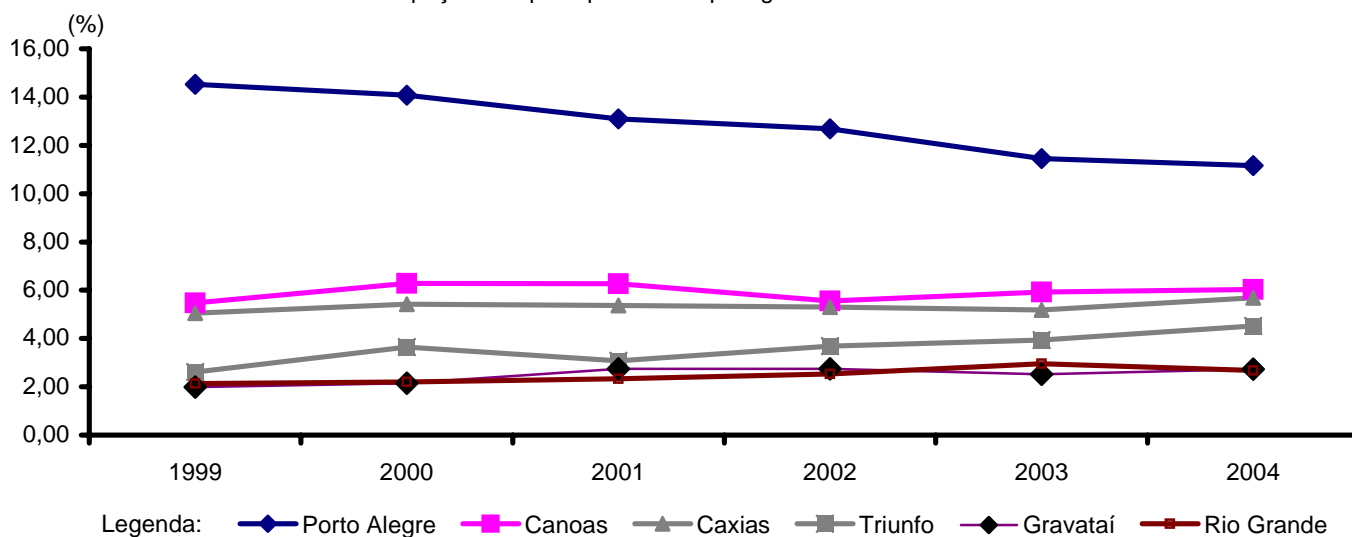
Em 2004, dos 10 principais municípios gaúchos, somente Porto Alegre, a economia mais importante do RS, e Rio Grande diminuíram sua participação no total do PIB estadual. Em 2003, a capital do RS detinha 11,45% do PIB estadual, sendo que, em 2004, passou a 11,16%. Em 1999, ano inicial da metodologia unificada IBGE-FEE para o cálculo do PIB municipal, a participação de Porto Alegre no PIB do RS era ainda maior: 14,53%.

Essa participação vem diminuindo sistematicamente, ano após ano.

Esses resultados são decorrentes do menor dinamismo econômico, em termos relativos, da capital gaúcha, cujo principal setor está nos serviços, que representam mais de 70% de sua economia e mais de 20% do setor serviços do RS. Em Porto Alegre, esse setor apresentou crescimento em 2004, porém com taxas inferiores à média do RS e dos principais municípios com maior VAB oriundo dos serviços. A indústria porto-alegrense também cresceu a taxas inferiores à média do Estado e dos principais municípios industriais gaúchos. Como consequência, a Capital deixou de ocupar o posto de principal economia industrial gaúcha, posição consolidada durante muito tempo, passando para o quarto lugar. O primeiro lugar no *ranking* industrial passou a ser ocupado pelo Município de Triunfo. Essa poderia ser considerada a principal mudança verificada no PIB municipal, em termos setoriais, em 2004, no RS.

O gráfico apresenta a participação percentual dos seis principais municípios gaúchos no período 1999-04.

Participação dos principais municípios gaúchos no PIB do RS — 1999-04



FONTE: FEE/PIB Municipal de 2004 — Série Histórica.

Lívio Luiz Soares de Oliveira (FEE/CIE)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 26.02.07).

ISSN 1517-7262

A *Carta de Conjuntura FEE* é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 250 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Marinês Zandavali Grando e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.